



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006501-96.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **LEONARDO ELIAS DE MACEDO**
 Requerido: **Athenas Paulista Rmc Transportes Coletivos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente
 acontecido de trânsito.

Alegou o autor que estacionou seu automóvel em
 via pública local e que ele foi depois atingido por um ônibus da ré.

Apurou-se que este passava pela mesma via e ao
 realizar conversão à direita bateu com a ponteira do para-choque traseiro do lado esquerdo
 com a lateral direita do veículo do autor.

A ré em contestação admitiu que o embate se deu
 daquela forma, mas ressaltou que o automóvel do autor estava irregularmente
 estacionado, o que obstruiu a passagem do ônibus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assentadas essas premissas, reputo haver desde já lastro suficiente para estabelecer a responsabilidade da ré em face do evento noticiado.

Isso porque nenhum dado seguro atua em seu benefício para justificar o abalroamento contra automóvel estacionado, circunstância que por si só lhe é desfavorável.

Nem se diga que o fato do veículo do autor estar porventura estacionado irregularmente modificaria o quadro delineado porque isso não atuou como causa determinante do episódio.

Por outras palavras, a colisão não se deu porque o autor estacionou seu automóvel em lugar eventualmente proibido e sim porque o motorista do ônibus da ré foi imperito na sua condução, implementando conversão quando não teria condições para tanto.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se manifestou em situação análoga, extraindo-se fundamentos jurisprudenciais e doutrinários em abono a essa posição:

“Buscando elidir sua culpa pelo evento danoso, fundou o réu condutor sua defesa na alegação de que o condutor do veículo do autor, agindo da maneira irregular, teria causado o evento danoso, pois vedado o estacionamento no local em que o veículo do autor se encontrava. Tal alegação, porém, não merece guarida, visto que o estacionamento em local proibido, por si só, não serve para configuração da culpa do segurado pelo evento, ensejando, quando muito, sanções no âmbito administrativo. A este respeito, já se decidiu: 'A circunstância de o veículo abalroado encontrar-se mal estacionado ou em local proibido é irrelevante, pois essa eventual falta administrativa não libera o réu da obrigação de indenizar' (1º TACSP 3ª. C. Rel. Ferraz Nogueira j. 26.05.1992 RT 687/100). Afinal, o artigo 29, II, do Código de Trânsito Brasileiro, determina que o condutor esteja sempre atento para as condições do local e da circulação, de modo a evitar colisões como a narrada nestes autos, valendo conferir: 'O simples fato de o réu colidir com veículo estacionado já faz presumir sua culpa' (1º TACSP 5ª C. Ap. 320.474 Rel. Pinheiro Rodrigues)'. Não é por outra razão que se afirma que 'nada justifica a conduta do motorista que colide em veículo estacionado [...]. Fora hipótese de fortuito ou força maior, sua responsabilidade é presumida, presunção essa 'juris tantum' e que, portanto, admite prova em contrário, não obstante decorra do só fato do abalroamento' (Rui Stoco, “Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência”, 8ª edição, São Paulo, RT, 2011, p. 1.638)” (TJ-SP, Apelação nº 0002923-20.2012.8.26.0150, 31ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. PAULO AYROSA, j. 12/05/2015).

Esse entendimento aplica-se com justeza à hipótese dos autos, cumprindo ressaltar que a ré não apresentou sequer em tese um dado que pudesse afastar a presunção de culpa que pesa contra ela a partir da dinâmica do acidente.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

O quadro delineado basta ao acolhimento da pretensão deduzida, até porque o valor postulado pelo autor não foi objeto de impugnação específica e fundamentada por parte da ré, pouco importando a juntada do documento de fl. 27 porque não se positivou por qual razão ele deveria preponderar sobre o de fl. 07.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 700,00, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2015 (época da elaboração do documento de fl. 07), e de juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**